



EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM OLHAR A PARTIR DA NECESSIDADE DE UM SISTEMA EDUCATIVO PARA MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Profa. Dra. Vanda Almeida da Cunha Araújo¹
Profa. PhD. Dra. Débora Araújo Leal (Orientadora)²
Prof. PhD. Dr. Francisco Roberto Diniz Araújo³

RESUMO

Este estudo é fruto da pesquisa de Doutorado em Educação e objetiva compreender a importância da Educação no campo tendo em vista a necessidade de um sistema educativo para mulheres trabalhadoras rurais, é salutar e notório a ausência de recursos do Estado para a Educação Rural. A Educação no campo nos remete a uma reflexão sobre os problemas estruturais que produzem as diversas desigualdades que a educação brasileira apresenta e até reproduz. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, onde possibilitou um olhar para as mulheres da zona rural com a opinião de diversos autores, teorias e a responsabilidade principal do Estado como garantidor dos direitos sociais e principalmente da educação para as mulheres rurais. Assim foi mostrado que o ensino no campo é imensamente enriquecedor e ao mesmo tempo provocativo, pois desperta um olhar crítico da ausência de recursos e a falta de observância do Estado para as mulheres trabalhadoras rurais, sendo assim é proposto métodos adequados e efetivos para a inserção deste público alvo no âmbito escolar. Diante disso, ao pensar em espaços rurais, mulheres e educação, nos reportamos às diversas situações de abandono e invisibilidade que ocorrem em várias partes do Brasil. Nesse sentido, é urgente a elaboração de políticas públicas efetivas que possam contribuir com a superação destes problemas acumulados ao longo de anos, e que as mulheres possam ter esperanças de dias melhores para si e para suas famílias.

Palavras-chave: Educação no Campo, Mulheres Trabalhadoras Rurais, Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O artigo conceitua que o ensino rural no campo precisa ser acolhedor e educativo, que busque inserir no seu bojo as mulheres que moram nestas localidades e mostra que nos tempos antigos só existia educação para as pessoas de classe alta, pobre não podia estudar, mas podia trabalhar. Como as mulheres tinha mais convivência com os filhos dos patrões, pois muitas era babá dos filhos e teria que acompanhar em todo o momento, muitas aprendiam a ler e escrever,

¹ Doutora em Educação da Emil Brunner World University -USA, vandafases@gmail.com;

² Professora Orientadora: Pós Doutora em Docência Universitária do Instituto Universitário Italiano de Rosário IUNIR - AR, deboraleal@gmail.com.

³ Pós Doutor em Educação Especial da Université Libre des Sciences de l'Homme de Paris, robertodinizaeemd@hotmail.com.



e com isso passava para os seus filhos, o que para os nobres seria uma traição, pois só os filhos deles e as suas esposas poderiam ter acesso à educação. No Brasil, até 1930 a educação estava

sob a responsabilidade da iniciativa privada, especialmente das instituições confessionais, que atuavam com subvenções estatais.

A partir de 1930, com o projeto de modernização do país, o Estado assume a responsabilidade com a educação, especialmente com a educação primária. Antes de desse período, o acesso à educação pela classe operária era garantido a partir de iniciativa das entidades operárias, que criavam suas próprias escolas. (RODRIGUES, 2019).

As formas tradicionais de desenvolverem-se as políticas públicas de educação rural, foram desqualificadoras da própria existência do campo e dos seus sujeitos. Pensar uma Educação no Campo significa pensar o campo em toda a sua complexidade. Para isso, estamos estabelecendo a partir das próprias experiências vivenciadas pelos movimentos sociais uma série de reflexões teóricas que nos ajudem a interpretar e reorganizar as práticas em novos patamares de ação. Entre eles, está a necessidade de uma Política Pública de Educação do Campo que contribua para reafirmar o campo como território legítimo de produção da existência humana e não só da produção agrícola. (MOLINA & DE JESUS, 2004).

A educação como política pública, isto é, como responsabilidade estatal, se institucionaliza num contexto em que o Estado brasileiro assume o protagonismo no processo de modernização do país, o que significava criar as condições necessárias para desenvolvimento do capitalismo e às demandas da elite, porém a regulamentação e aprimoramento do seu objetivo inicial se dão no contexto política de Estado teve implicações diretas nas grandes reformas educacionais ocorridas principalmente nas décadas de 1960 e 1970, oriundas dos acordos entre MEC-USAID, por meio das quais o Brasil recebeu assistência técnica e coop. (RODRIGUES, 2019).

Isso é o que acontece com as mulheres rurais, enquanto a classe alta possui condição de estudar, o que era proposto para as mulheres era trabalho e mais trabalho. Com o avanço da sociedade e mudanças na educação, tudo mudou e o que era antes um passado sombrio, hoje se tornou um presente com revolução, hoje mulheres rurais tem a mesma qualidade de ensino que pessoas de classe alta, o que falta para as mulheres rurais é a falta de recurso do Estado nas escolas rurais. (FERNANDES, 2002).



Na perspectiva da educação no campo, o direito a educação não se resume apenas ao acesso à escola, tal qual legitimada pelo aparato estatal de educação formal. Na educação do campo, embora o direito a educação esteja assegurado enquanto direito fundamental e básico

para sobrevivência, ele não se realiza como um direito separado de outros direitos. (RODRIGUES, 2019).

A educação rural vai se constituir numa ação “compensatória”, pois “trata os sujeitos do campo como incapazes de tomar suas próprias decisões.” Entende que estes “são sujeitos que apresentam limitações, em função das poucas oportunidades que tiveram em sua vida e do pouco conhecimento que tem.” (HAGE, 2005, p.14).

De acordo com a concepção de educação rural, a educação deve ser dada aos indivíduos para suprir suas carências mais elementares, deve funcionar como uma Educação supletiva, em que se transmite a cada indivíduo somente os conhecimentos básicos, pois se acredita não ser necessário aos sujeitos do campo, que lidam com a roça, aprender conhecimentos complexos, que desenvolvam sua capacidade intelectual. Assim a educação passa a ser vista como um favor e não como um direito. (BARROS e LIHTNOV, 2016).

As lutas implementadas pelo movimento feminista pós décadas de 1960 e 1970 alcançaram muitos países e as demandas das mulheres estavam presentes nas esferas da política e da economia, enfim, de quase todas as sociedades mundiais. No Brasil, principalmente nas áreas urbanas, as mulheres passam a marcar seus espaços, participam das manifestações, disputam espaços nas esferas políticas públicas e privadas do poder, criam e cobram suas demandas enquanto mulher e ser social. No entanto, nas regiões mais interioranas e especificamente o meio rural, às ideias feministas chegaram um pouco mais tarde.

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) deixou a educação rural a cargo dos municípios. Na mesma década, Paulo Freire ofereceu contribuições significativas à educação popular, com os movimentos de alfabetização de adultos e com o desenvolvimento de uma concepção de educação dialógica, crítica e emancipatória. A prática social dos sujeitos passou a ter maior valorização, por meio de uma proposta distinta da prática educativa bancária predominante na educação brasileira. Com a Lei n. 5692/71, não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2.º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais. (SEDUC, PR, 2006).

A Educação no Campo parte de uma condição que é fundamentalmente paradigmática: a recuperação das temporalidades. Ela se desenvolve por dois mecanismos. O primeiro mostra



que é possível produzir conhecimento de qualidade com temporalidades diferentes, respeitando o ritmo e a cultura de cada grupo social e o ambiente físico. O segundo está na própria devolução da temporalidade dos sujeitos valorizando os seus ciclos e os ciclos de vida na terra por meio de conhecimentos e estratégias de ação que buscam a não esgotamento das reservas naturais,

formas de organização solidárias no trabalho de não exploração do outro. (MOLINA & DE JESUS, 2004).

Nessa perspectiva, ao refletir sobre a educação escolar para pessoas do campo, muitas são as pautas necessárias, que vão da infraestrutura escolar, como das condições de ir e vir dos sujeitos em busca da escolarização. Além disto, e não menos importante, é preciso pensar na formação dos professores como uma necessidade permanente. Essa formação docente precisa comungar com o entendimento de que o rural/o campo é um espaço em que indivíduos vivem de maneira digna, buscando, através do aperfeiçoamento de conhecimentos e lutas, a garantia de seus direitos, como por exemplo, um projeto educativo que atenda às especificidades da identidade rural.

METODOLOGIA

Este artigo é fruto de uma pesquisa bibliográfica que traz em seu bojo os seguintes autores: Fernandes (2002), Souza (2006), Molina & De Jesus (2004), Hage (2005), Rodrigues (2019), SEDUC (2006), entre outros, foram utilizados como referências para uma maior e melhor compreensão do trabalho metodológico proposto. É interessante destacar que, o trabalho doméstico traz características peculiares que reforçam a exploração das mulheres.

Portanto, a metodologia selecionada para a realização do artigo, proporcionou um meio adequado de estudo, que buscou elementos adequados para um ensino de qualidade para mulheres da zona rural.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para Barbosa (2011), algumas características devem ser analisadas para avaliar o trabalho doméstico ao longo do tempo: a primeira está relacionada à servidão, que advém do nosso passado escravocrata e patriarcal do Brasil colônia, nesse período as mulheres negras eram exploradas com todos os tipos de serviços domésticos, realizando trabalhos de maneira



completamente submissa, sendo ainda sujeita à castigos nos serviços prestados aos homens e às mulheres de pele branca da época. As mulheres não tinham nenhum tipo de direito, nem dignidade humana, ficando sujeita à opressão de gênero, raça e cor.

A segunda característica está ligada à gratuidade do serviço prestado, pois este, da forma como é realizado, determina a invisibilidade das atividades e a conseqüente desvalorização. As atividades domésticas, na sua maioria, são realizadas sem nada em troca, numa exploração que se configura de maneira sutil e contínua. A mulher desenvolve as atividades de forma altruísta, na sua maioria para os membros da família, como algo que já faz parte da família. (GOBATO; BEZERRA NETO, 2010).

O afeto é outro ponto a ser considerado, pois a maioria das atividades domésticas é realizada para pessoas muito próximas e queridas, como filhos e filhas, companheiros, pais e mães, parentes; essa proximidade gera sentimentos de apego, gratidão, o que reforça a gratuidade, conseqüentemente nada é cobrado em troca. (MOLINA & DE JESUS, 2004).

Ainda segundo o autor, as duas últimas características estão relacionadas ao cuidado exercido pela mulher no desempenho das tarefas e o tempo inesgotável para a realização das mesmas, sendo que a mulher está sempre disponível. Nesse sentido, a mulher da atualidade desenvolve dupla jornada, acumula o trabalho dentro e fora do lar, ao homem cabem apenas as atividades que resultam em remuneração. (FERNANDES, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, a opção utilizada foi a metodologia de pesquisa bibliográfica, utilizando como técnica a abordagem baseada em opinião de autores e artigos. Nessa escolha foi percebido que a Educação Rural, seria um caminho cheio de curvas, pois estava adentrando num universo muito complexo, de insurgências diversas, continuidade e descontinuidades, onde as práticas vivenciadas pelos sujeitos nos mais amplos espaços sociais é que definem sua forma de ser, de estar e agir no mundo.

Trabalhar as questões relacionadas à educação com mulheres em espaços rurais levou a observar sensivelmente os traços dessas histórias, das narrativas, do tempo que constitui essas histórias, das experiências, da bagagem que trazem o processo da Educação no campo, as sonhos das mulheres e dos desejos. É preciso pensar cuidadosamente sobre todo o processo



investigativo ao qual estava propondo. Essa preocupação foi fundamental para uma maior prudência nas etapas do trabalho.

Partilhamos a visão de Gobato e Bezerra Neto (2010) de que há defasagem educacional bastante grande para a população que reside em áreas rurais em relação às pessoas que residem nas áreas urbanas. Entretanto, os documentos nacionais de educação possibilitam que a educação para determinado grupo leve em considerações suas especificidades culturais, políticas e regionais, desta forma por mais que se faça necessário pensar em uma proposta de educação no campo, o ideal a longo prazo é que pensemos em uma educação que seja de qualidade para todos e não apenas para determinada parcela da população (GOBATO; BEZERRA NETO, 2010).

A necessidade de políticas de formação de profissionais da educação é destaca tanto nos princípios quanto nas condições necessárias à concretização da educação do campo. Aspecto fundamental para o desenvolvimento e efetivação da educação do campo nas escolas do meio rural, posto que os educadores têm direito a condições dignas de carreira e de trabalho, além do acesso aos conhecimentos que fundamentem suas práticas pedagógicas no cotidiano da escola. (BATISTA, 2015).

As informações apresentadas resultam de uma série de fatores que envolvem a falta de oportunidades, devido à baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional, ocasionando pouca renda e conseqüentemente baixa qualidade de vida. Vale ressaltar que a maioria das mulheres atribui à baixa renda da família à falta de terra para todos os membros da família produzir, assim como ao baixo nível de escolaridade, o que, segundo as mulheres, dificulta a conquista de postos de empregos com melhor remuneração.

Um exemplo de atividade bem interessante foi quando os alunos do campo para reescrever a história do conto de fadas “Cinderela” eles substituíram o nome cinderela por Serafina. Ela foi à festa do peão e de fusca. E assim por diante onze transformaram o texto deles como se a Cinderela morasse lá. As atividades foram realizadas de acordo com aquilo que os alunos estão acostumados. Por meio destas atividades pretende-se desenvolver no aluno do campo a aprendizagem através de sua história, e assim investindo na autonomia do aluno criando nele desígnios para que possa viver em sociedade de modo crítico enquanto sujeito. (ZEFERINO, 2014).

Inicialmente, é preciso mencionar a diferença primordial entre educação do campo e educação rural, tal como posta no debate acadêmico e político na atualidade. Leite (1999) nos auxilia a entender a diferença no uso das terminologias. Ele destaca o papel do Estado no



desenvolvimento da extensão rural e das preocupações com o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX, no Brasil.

Portanto, as reflexões acerca da postura da mulher ao longo do tempo e na sociedade atual já se tornou pauta constante na agenda dos movimentos femininos, das organizações e grupos de mulheres tanto das áreas urbanas como das rurais. Compreendemos que a luta das mulheres em busca de direitos relegados ao longo de séculos como permanente, sejam ou estejam em espaços urbanos ou rurais. Uma nova ordem social, econômica e cultural para as mulheres vai exigir a gestação de inovadores e criativos processos dialéticos de reconstrução do conhecimento humano, nessa nova dimensão é necessário produzir relações sociais justas entre o gênero feminino e masculino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, o conceito da educação no meio rural sempre esteve vinculado a um modelo de educação atrasada, com pessoal analfabetas, com falta de recurso por parte do Estado e de baixa qualidade. Esse problema se perdurou por muitos anos no Brasil.

É impossível falar em educação para os povos do campo, sem abordar os percursos de lutas e resistências dos movimentos sociais e de educação, pois foram eles que impulsionaram e contribuíram significativamente para a história da educação do campo. Das lutas mais gerais da classe trabalhadora pelo acesso à educação, os/as trabalhadores/as do campo tiveram uma trajetória mais longa e demorada de acesso às políticas públicas educacionais. (SANTOS, 2019.)

O educador tem que ser o autor principal para o processo de aprendizagem dos alunos e essencial que eles conheçam as dificuldades pertencentes na vida de cada e no campo. O educador na educação do campo acrescenta na vida dessas pessoas além da escola, mas enriquece a mentalidade com conteúdo que irão proporcionar para esses sujeitos a valorização daquilo que lhes pertencem, como a sua cultura e o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e populações.

Todavia, ainda a visão que ainda prevalece na sociedade é a que considera o campo lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Essa falsa imagem consolidou um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a



visão-suporte para o processo de modernização da agricultura implementado no país. (FERNANDES & MOLINA, 2004).

A luta dá mulher do campo para estudar ainda é um obstáculo, e necessário ter um olhar cauteloso para as lutas e as conquistas direcionadas para essa educação, sendo isso o complemento para sua formação do aluno do campo. Segundo Leff (2001), a formulação do processo educativo deve enfatizar um procedimento crítico e criativo. Que considere analisar as relações ecológica, social e econômica, para atuar de forma global.

A escola do campo possui um papel fundamental neste processo através da aplicabilidade de projetos que conscientizem a população rural e os homens do campo que o machismo no século que vivemos é preciso ser deixado no passado. Os homens são uns obstáculos para muitas mulheres que são casadas e com isso muita tem medo de estudar e os maridos acabar se divorciando ou até mesmo agredindo a mesma. Logo, a educação do campo não tem só o poder de formar mulheres, crianças, jovens e idosos, mas sim, formar uma mente educada, promovendo a educação social desses sujeitos.

A conclusão dos estudos é uma porta que se abre e oportuniza melhores condições de trabalho e de qualidade de vida. As mulheres acreditam que a escola amplia horizontes, abre possibilidades e oportunidades de melhores empregos e também condições salariais, essa constatação se fundamenta nas exigências que o mercado de trabalho estabelece, solicitando níveis cada vez mais altos de qualificação profissional e anos de estudo.

A educação do campo precisa incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontecem, na escola, os processos de socialização, sua relação com os processos de conservação e de criação de culturas e com a formação dos novos sujeitos sociais do campo.

As lutas das mulheres rurais nunca devem acabar, a escola e o Estado devem ser os principais incentivadores dessa causa. O âmbito escolar é a segunda casa dessas mulheres do campo, pois foram lá que as mulheres encontraram um novo brilho para a sua vida, um novo caminho, uma nova bagagem repleta de histórias da sua trajetória e é com a Escola que muitos maridos aprenderam a respeita as escolas das suas mulheres e a incentiva a mesma a ir atrás dos seus sonhos e ser alfabetizadas.

REFERÊNCIAS



BARROS, L. A.; LIHTNOV, D. D. **Reflexões sobre a educação rural e do campo: as leis, diretrizes e bases do ensino no e do campo no Brasil.** 2016.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier et al. **Desafios da educação crítica nas ciências agrárias: possibilidades e limites na versão Residência Agrária UFPB.** 2015.

FERNANDES, Ovil Bueno. **Educação e desintegração camponesa: o papel da educação formal na desintegração do campesinato.** In: VIEIRA, Renato G; VIANA, Nildo. Educação, cultura e sociedade: abordagens críticas da escola. Goiânia-GO: Edições Germinais, 2002.

GOBATO, Ana Tatiana S. C.; BEZERRA NETO, L. **As propostas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – para a educação do campo: há a necessidade de uma formação específica?** Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 4, v. 4 n. 7, p. 2-21, jan - jun. 2010.

HAGE, Salomão. **A importância da articulação da identidade e pela educação do campo na construção da identidade e pela luta da educação do campo.** Texto apresentado no I Encontro de formação dos Educadores do Campo do Nordeste Paraense, realizado em Bragança. Abril/ 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; DE JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo. **Por Uma, Educação do Campo.** 2004.

RODRIGUES, Thiago Oliveira. **A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO DIREITO DO POVO E DEVER DO ESTADO: OUTRA HEGEMONIA É POSSÍVEL?** 2019.

SANTOS, Kátia Maria Limeira. **Educação rural no Brasil: um olhar a partir do contexto histórico.** In: IV Congresso Sergipano de Histórico e IV Encontro Estadual de História da ANPUH/SE. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 2014.

SANTOS, Ramofly Bicalho. **História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais.** Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 210-224, 2017.

SANTOS, Aline Teles; MIRANDA, Elinaldo Ferreira. Educação do rural versus educação do campo: Paradigmas e controvérsias. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 6, n. 6, 2017.

SANTOS, Débora Raquel dos et al. **Mulheres negras e os desafios no âmbito da educação.** 2019.

SOUZA, M.A. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST.** Petrópolis: Vozes, 2006.

SOUZA, Claudia Moraes de. **Uma escola para homem rural: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964).** Educação e Pesquisa, v. 38, p. 515-529, 2012.



ROTTA, Mariza; ONOFRE, Sideney Becker. **Perfil da educação do campo:** na escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos– PR. Educação, v. 33, n. 1, 2010.

ZEFERINO, Vânia Maria. **A educação do campo e seus desafios.** 2014.